

**GRUPO I – CLASSE VII – Plenário.****TC-019.153/2011-2****Natureza:** Administrativo - Projeto de Decisão Normativa.**Órgão:** Tribunal de Contas da União.**Interessados:** Estados e Distrito Federal.**Advogado constituído nos autos:** não há.

**Sumário:** ADMINISTRATIVO. PROJETO DE ALTERAÇÃO DA DECISÃO NORMATIVA Nº 114/2011, QUE FIXOU OS COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO RATEIO DA PARCELA DE DEZ POR CENTO INCIDENTE SOBRE A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2012, DE QUE TRATA O INCISO II DO ART. 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. COMUNICAÇÃO AOS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO.

**RELATÓRIO**

Adoto como relatório a instrução constante da peça nº 31, exarada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG) e que contou com a anuência do dirigente daquela unidade (peça nº 32):

*“Cuidam os autos dos cálculos dos coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do artigo 159 da CF, para o exercício de 2012, observada a competência atribuída ao Tribunal de Contas da União pelo parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal.*

*2. Conforme estabelecem as normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, relativamente às exportações, definidas na Lei Complementar 61, de 26 de dezembro de 1989, e no art. 4º da Lei Complementar 65, de 15 de abril de 1991, foi aprovada pelo Plenário a Decisão Normativa TCU 114/2011, de 27/7/2011, e publicada no D.O.U. de 28/7/2011.*

*3. Para o cálculo dos coeficientes fixados pela citada Decisão Normativa, foram utilizados os dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), mediante demonstrativo do valor total em dólares das exportações realizadas no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 de forma consolidada e por unidade da federação, encaminhados ao TCU pelo Ofício 122/SECEX, de 19/7/2011 (peça 9).*

*4. Após a publicação da Decisão Normativa, a SECEX/MDIC, em contato telefônico, informou que alguns códigos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produtos processados dentro do período de referência (1º/7/2010 a 30/6/2011), não haviam sido considerados no demonstrativo encaminhado ao TCU, mais especificamente, os produtos enquadrados nos códigos 39171010, 39174090, 39269030, 84433231 e 84433232. Segundo aquela Secretaria, as referidas NCM “havia sido excluídas e posteriormente incluídas através de Resoluções CAMEX”.*

*5. Foi solicitado, então, que o órgão encaminhasse formalmente ao TCU os dados*

corrigidos, o que foi feito mediante Ofício 22/DEPLA/SECEX, de 22/8/2011 (peça 25).

6. Considerando que os dados encaminhados em 19/7/2011, que serviram de base para o cálculo dos coeficientes fixados pela DN-TCU-114/2011, não refletem os valores corretos das exportações realizadas no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011, consideramos que a Decisão Normativa deva ser retificada para conter os novos coeficientes calculados com base nos dados corrigidos.

7. Deve-se esclarecer que a referida Decisão Normativa só produzirá efeitos financeiros em 1º de janeiro de 2012 e, dessa forma, sua retificação não trará qualquer prejuízo financeiro aos beneficiários.

8. Assim, com base nas informações prestadas pela SECEX/MDIC e observando-se os critérios estabelecidos na legislação em vigor, foram efetuados os cálculos dos coeficientes que irão vigorar no ano de 2012, conforme quadro constante do anexo I da presente peça, assim detalhado:

**Coluna A** – unidades da federação;

**Coluna B** – valores das exportações realizadas no período de jul/2010 a jun/2011 pelos Estados, DF e total do País;

**Coluna C** – percentual de participação das unidades da federação no valor total das exportações;

**Coluna D** – percentual excedente do Estado de São Paulo (parcela superior a 20%) a ser distribuído entre as demais unidades;

**Coluna E** – percentual de participação das unidades da federação que não excederam o limite de 20% no valor total das exportações dessas unidades. Como o Estado de SP foi a única UF que excedeu o limite, esse percentual corresponde ao valor das exportações de cada UF (exceto SP) dividido pela soma das exportações de todas as UF menos SP;

**Coluna F** – percentual de participação das unidades da federação no excedente do Estado de São Paulo, calculado de acordo com os índices da coluna E. Cada elemento da coluna F corresponde o produto do elemento correspondente na coluna E pelo total da coluna D;

**Coluna G** – coeficiente final de participação das unidades da federação.

9. O quadro constante do anexo II fornece um comparativo entre os coeficientes fixados para o corrente exercício pela Decisão Normativa TCU 106, de 28 de julho de 2010, e aqueles constantes do anteprojeto de Decisão Normativa apresentado no anexo IV da presente instrução.

10. O quadro constante do anexo III fornece um comparativo entre os coeficientes fixados pela Decisão Normativa TCU 114/2011, que está sendo alterada, e aqueles constantes do anteprojeto de Decisão Normativa apresentado no anexo IV da presente instrução.

11. Dessa forma, após análise das novas informações providas da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos dados coligidos e dos cálculos elaborados no âmbito desta Unidade Técnica, observada a legislação pertinente, submeto os autos à consideração superior, propondo o envio ao Relator, Ministro Valmir Campelo, com proposta de:

a) aprovação do anteprojeto de Decisão Normativa, constante do anexo IV desta instrução, em alteração à Decisão Normativa 114/2011;

b) envio de cópia do acórdão e da decisão normativa que vierem a ser aprovados, bem como do relatório e voto ou parecer que os fundamentam, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Presidente do Banco do Brasil S/A;

c) autorização para arquivamento do presente processo.”

**ANEXO I**  
**TCU - IPI EXPORTAÇÃO - EXERCÍCIO 2012**  
**COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**  
**NAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**

(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
<i>Unidade da Federação</i>	<i>Valor das Exportações jul/2010 a jun/2011 (US\$\$ FOB)</i>	<i>Participação</i>	<i>Excedente</i>	<i>Participação das UF que não excederam</i>	<i>Participação no excedente</i>	<i>Participação Final (C + F)</i>
<i>Acre</i>	12.918.581	0,008166%	0,000000%	0,011944%	0,001389%	0,009556%
<i>Alagoas</i>	188.904.510	0,119409%	0,000000%	0,174659%	0,020318%	0,139728%
<i>Amapá</i>	229.917.994	0,145334%	0,000000%	0,212580%	0,024730%	0,170064%
<i>Amazonas</i>	977.849.074	0,618113%	0,000000%	0,904110%	0,105176%	0,723288%
<i>Bahia</i>	7.044.244.735	4,452769%	0,000000%	6,513044%	0,757666%	5,210435%
<i>Ceará</i>	885.554.451	0,559772%	0,000000%	0,818776%	0,095249%	0,655020%
<i>Distrito Federal</i>	132.659.520	0,083856%	0,000000%	0,122656%	0,014269%	0,098125%
<i>Espírito Santo</i>	8.267.465.537	5,225984%	0,000000%	7,644023%	0,889234%	6,115218%
<i>Goiás</i>	2.244.846.833	1,419000%	0,000000%	2,075565%	0,241452%	1,660452%
<i>Maranhão</i>	1.336.075.000	0,844552%	0,000000%	1,235323%	0,143706%	0,988258%
<i>Mato Grosso</i>	1.562.831.802	0,987889%	0,000000%	1,444980%	0,168095%	1,155984%
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1.884.032.392	1,190924%	0,000000%	1,741959%	0,202643%	1,393567%
<i>Minas Gerais</i>	20.459.213.098	12,932564%	0,000000%	18,916401%	2,200557%	15,133121%
<i>Pará</i>	8.700.977.822	5,500014%	0,000000%	8,044844%	0,935862%	6,435876%
<i>Paraíba</i>	144.022.204	0,091039%	0,000000%	0,133162%	0,015491%	0,106529%
<i>Paraná</i>	10.200.891.857	6,448131%	0,000000%	9,431651%	1,097190%	7,545321%
<i>Pernambuco</i>	638.405.944	0,403546%	0,000000%	0,590264%	0,068666%	0,472211%
<i>Piauí</i>	30.476.435	0,019265%	0,000000%	0,028178%	0,003278%	0,022543%
<i>Rio de Janeiro</i>	24.252.820.612	15,330558%	0,000000%	22,423936%	2,608590%	17,939149%
<i>Rio Grande do Norte</i>	112.931.624	0,071386%	0,000000%	0,104416%	0,012147%	0,083532%
<i>Rio Grande do Sul</i>	11.494.407.919	7,265781%	0,000000%	10,627624%	1,236318%	8,502099%
<i>Rondônia</i>	186.519.005	0,117901%	0,000000%	0,172454%	0,020062%	0,137963%
<i>Roraima</i>	8.397.092	0,005308%	0,000000%	0,007764%	0,000903%	0,006211%
<i>Santa Catarina</i>	7.057.563.315	4,461188%	0,000000%	6,525358%	0,759099%	5,220287%
<i>São Paulo</i>	50.043.251.754	31,633062%	11,633062%	0,000000%	0,000000%	20,000000%
<i>Sergipe</i>	48.584.957	0,030711%	0,000000%	0,044921%	0,005226%	0,035937%
<i>Tocantins</i>	53.436.531	0,033778%	0,000000%	0,049407%	0,005748%	0,039526%
<b>TOTAL</b>	<b>158.199.200.598</b>	<b>100,000000%</b>	<b>11,633062%</b>	<b>100,000000%</b>	<b>11,633062%</b>	<b>100,000000%</b>

**ANEXO II**  
**TCU - IPI EXPORTAÇÃO - EXERCÍCIO 2012**  
**COMPARATIVO COM OS COEFICIENTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

(A)	(B)	(C)	(D) = B-C	(E) = (B/C)-1
<i>Unidade da Federação</i>	<i>Coefficiente 2012</i>	<i>Coefficiente DN-106/2010</i>	<i>Diferença Nominal</i>	<i>Diferença Percentual</i>
<i>Acre</i>	0,009556%	0,012304%	-0,002748%	-22,334200%
<i>Alagoas</i>	0,139728%	0,156484%	-0,016756%	-10,707804%
<i>Amapá</i>	0,170064%	0,112603%	0,057461%	51,029724%
<i>Amazonas</i>	0,723288%	1,030526%	-0,307238%	-29,813707%
<i>Bahia</i>	5,210435%	6,061886%	-0,851451%	-14,045975%
<i>Ceará</i>	0,655020%	0,796635%	-0,141615%	-17,776648%
<i>Distrito Federal</i>	0,098125%	0,126422%	-0,028297%	-22,382971%
<i>Espírito Santo</i>	6,115218%	4,892372%	1,222846%	24,994951%
<i>Goiás</i>	1,660452%	1,648567%	0,011885%	0,720929%
<i>Maranhão</i>	0,988258%	1,018728%	-0,030470%	-2,990985%
<i>Mato Grosso</i>	1,155984%	1,446215%	-0,290231%	-20,068316%
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1,393567%	1,261947%	0,131620%	10,429915%
<i>Minas Gerais</i>	15,133121%	13,105182%	2,027939%	15,474329%
<i>Pará</i>	6,435876%	4,466880%	1,968996%	44,079895%
<i>Paraíba</i>	0,106529%	0,154094%	-0,047565%	-30,867522%
<i>Paraná</i>	7,545321%	8,243295%	-0,697974%	-8,467172%
<i>Pernambuco</i>	0,472211%	0,623834%	-0,151623%	-24,305023%
<i>Piauí</i>	0,022543%	0,032500%	-0,009957%	-30,636923%
<i>Rio de Janeiro</i>	17,939149%	17,744450%	0,194699%	1,097239%
<i>Rio Grande do Norte</i>	0,083532%	0,131431%	-0,047899%	-36,444218%
<i>Rio Grande do Sul</i>	8,502099%	10,942676%	-2,440577%	-22,303292%
<i>Rondônia</i>	0,137963%	0,172225%	-0,034262%	-19,893744%
<i>Roraima</i>	0,006211%	0,008644%	-0,002433%	-28,146691%
<i>Santa Catarina</i>	5,220287%	5,720790%	-0,500503%	-8,748844%
<i>São Paulo</i>	20,000000%	20,000000%	0,000000%	0,000000%
<i>Sergipe</i>	0,035937%	0,033688%	0,002249%	6,675968%
<i>Tocantins</i>	0,039526%	0,055622%	-0,016096%	-28,938190%
<b>TOTAL</b>	<b>100,000000%</b>	<b>100,000000%</b>	-	-

**ANEXO III**  
**TCU - IPI EXPORTAÇÃO - EXERCÍCIO 2012**  
**COMPARATIVO ENTRE A DN 114/2011 E O PRESENTE ANTEPROJETO DE DN**

(A)	(B)	(C)	(D) = B-C	(E) = (B/C)-1
<i>Unidade da Federação</i>	<i>Coefficiente 2012</i>	<i>Coefficiente DN-114/2011</i>	<i>Diferença Nominal</i>	<i>Diferença Percentual</i>
<i>Acre</i>	0,009556%	0,009557%	-0,000001%	-0,010464%
<i>Alagoas</i>	0,139728%	0,139752%	-0,000024%	-0,017173%
<i>Amapá</i>	0,170064%	0,170094%	-0,000030%	-0,017637%
<i>Amazonas</i>	0,723288%	0,723417%	-0,000129%	-0,017832%
<i>Bahia</i>	5,210435%	5,211362%	-0,000927%	-0,017788%
<i>Ceará</i>	0,655020%	0,655137%	-0,000117%	-0,017859%
<i>Distrito Federal</i>	0,098125%	0,098142%	-0,000017%	-0,017322%
<i>Espírito Santo</i>	6,115218%	6,114489%	0,000729%	0,011923%
<i>Goiás</i>	1,660452%	1,660746%	-0,000294%	-0,017703%
<i>Maranhão</i>	0,988258%	0,988434%	-0,000176%	-0,017806%
<i>Mato Grosso</i>	1,155984%	1,156190%	-0,000206%	-0,017817%
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1,393567%	1,393805%	-0,000238%	-0,017076%
<i>Minas Gerais</i>	15,133121%	15,133997%	-0,000876%	-0,005788%
<i>Pará</i>	6,435876%	6,437022%	-0,001146%	-0,017803%
<i>Paraíba</i>	0,106529%	0,106548%	-0,000019%	-0,017832%
<i>Paraná</i>	7,545321%	7,546446%	-0,001125%	-0,014908%
<i>Pernambuco</i>	0,472211%	0,472295%	-0,000084%	-0,017785%
<i>Piauí</i>	0,022543%	0,022547%	-0,000004%	-0,017741%
<i>Rio de Janeiro</i>	17,939149%	17,941439%	-0,002290%	-0,012764%
<i>Rio Grande do Norte</i>	0,083532%	0,083547%	-0,000015%	-0,017954%
<i>Rio Grande do Sul</i>	8,502099%	8,503264%	-0,001165%	-0,013701%
<i>Rondônia</i>	0,137963%	0,137978%	-0,000015%	-0,010871%
<i>Roraima</i>	0,006211%	0,006212%	-0,000001%	-0,016098%
<i>Santa Catarina</i>	5,220287%	5,212104%	0,008183%	0,157000%
<i>São Paulo</i>	20,000000%	20,000000%	0,000000%	0,000000%
<i>Sergipe</i>	0,035937%	0,035943%	-0,000006%	-0,016693%
<i>Tocantins</i>	0,039526%	0,039533%	-0,000007%	-0,017707%
<b>TOTAL</b>	<b>100,000000%</b>	<b>100,000000%</b>	-	-

**ANEXO IV****ANTEPROJETO****DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº , DE SETEMBRO DE 2011**

*Altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa TCU 114, de 27 de julho de 2011.*

*O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, caput, da Lei Complementar 61, de 26 de dezembro de 1989 e os arts. 15, alínea “g”, e 291 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução 155, de 04 de dezembro de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, e nas Leis Complementares 61, de 26 de dezembro de 1989, e 65, de 15 de abril de 1991, bem assim o que consta no processo TC 019.153/2011-2, resolve:*

*Art. 1º - Ficam alterados, na forma do Anexo Único desta Decisão Normativa, os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal na distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa TCU 114, de 27 de julho de 2011.*

*Art. 2º - Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação.*

*TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em de setembro de 2011.*

**BENJAMIN ZYMLER**

**Presidente**

## ANEXO V

## ANTEPROJETO

## DECISÃO NORMATIVA Nº /2011

## ANEXO ÚNICO

**COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL  
NA PARCELA DE 10% SOBRE O IPI  
(CF, art. 159, Inciso II)**

<i>UF</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Coefficiente</i>
AC	Acre	0,009556%
AL	Alagoas	0,139728%
AP	Amapá	0,170064%
AM	Amazonas	0,723288%
BA	Bahia	5,210435%
CE	Ceará	0,655020%
DF	Distrito Federal	0,098125%
ES	Espírito Santo	6,115218%
GO	Goiás	1,660452%
MA	Maranhão	0,988258%
MT	Mato Grosso	1,155984%
MS	Mato Grosso do Sul	1,393567%
MG	Minas Gerais	15,133121%
PA	Pará	6,435876%
PB	Paraíba	0,106529%
PR	Paraná	7,545321%
PE	Pernambuco	0,472211%
PI	Piauí	0,022543%
RJ	Rio de Janeiro	17,939149%
RN	Rio Grande do Norte	0,083532%
RS	Rio Grande do Sul	8,502099%
RO	Rondônia	0,137963%
RR	Roraima	0,006211%
SC	Santa Catarina	5,220287%
SP	São Paulo	20,000000%
SE	Sergipe	0,035937%
TO	Tocantins	0,039526%
<b>TOTAL</b>		<b>100,000000%</b>

É o relatório.

## PARECER

Em face das competências constitucionais e legais conferidas ao Tribunal de Contas da União, trago à deliberação deste Colegiado proposta de alteração da Decisão Normativa-TCU nº 114/2011, que fixou, para o exercício de 2012, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do art. 159 da Constituição Federal.

2. Como visto no relatório precedente, a alteração se faz necessária em razão de que, após a publicação da referida Decisão Normativa, a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), órgão responsável pelo encaminhamento das informações que sustentam o cálculo dos coeficientes, informou que alguns códigos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produtos processados dentro do período de referência (1º/7/2010 a 30/6/2011) não haviam sido considerados no demonstrativo encaminhado ao TCU, mais especificamente, os produtos enquadrados nos códigos 39171010, 39174090, 39269030, 84433231 e 84433232. Segundo aquela Secretaria, as referidas NCM “*havam sido excluídas e posteriormente incluídas através de Resoluções CAMEX*”.

3. A partir das novas informações, necessário se faz corrigir os coeficientes fixados pela Decisão Normativa-TCU nº 114/2011, sendo pertinente destacar que o referido normativo apenas produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012, não havendo que se falar em prejuízo financeiro aos entes beneficiários.

4. Por fim, em face da urgência e relevância da matéria, bem assim da necessidade de aprovação do normativo em consonância com o prazo legal, solicito aos eminentes pares a dispensa de abertura de prazos para eventual apresentação de sugestões ou emendas, as quais podem, com efeito, ser incorporadas ao texto em tela na presente sessão.

Ante o exposto, meu parecer é pela aprovação do projeto de Decisão Normativa em exame, nos termos do acórdão que ora submeto à consideração deste Tribunal.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 28 de setembro de 2011.

**VALMIR CAMPELO**  
Ministro-Relator



**DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 116, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011**

Altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa-TCU nº 114, de 27 de julho de 2011.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, **caput**, da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, e os arts. 15, alínea “g”, e 291 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução-TCU nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, e nas Leis Complementares nº 61, de 26 de dezembro de 1989, e nº 65, de 15 de abril de 1991, bem assim o que consta do processo TC 019.153/2011-2, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, na forma do Anexo Único desta Decisão Normativa, os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal na distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa-TCU nº 114, de 27 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 28 de setembro de 2011.

**AUGUSTO NARDES**  
Vice-Presidente,  
no exercício da Presidência

**ANEXO ÚNICO**
**COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL  
NA PARCELA DE 10% SOBRE O IPI  
(CF, art. 159, Inciso II)**

<i>UF</i>	<i>Unidade da Federação</i>	<i>Coefficiente</i>
<i>AC</i>	<i>Acre</i>	<i>0,009556%</i>
<i>AL</i>	<i>Alagoas</i>	<i>0,139728%</i>
<i>AP</i>	<i>Amapá</i>	<i>0,170064%</i>
<i>AM</i>	<i>Amazonas</i>	<i>0,723288%</i>
<i>BA</i>	<i>Bahia</i>	<i>5,210435%</i>
<i>CE</i>	<i>Ceará</i>	<i>0,655020%</i>
<i>DF</i>	<i>Distrito Federal</i>	<i>0,098125%</i>
<i>ES</i>	<i>Espírito Santo</i>	<i>6,115218%</i>
<i>GO</i>	<i>Goiás</i>	<i>1,660452%</i>
<i>MA</i>	<i>Maranhão</i>	<i>0,988258%</i>
<i>MT</i>	<i>Mato Grosso</i>	<i>1,155984%</i>
<i>MS</i>	<i>Mato Grosso do Sul</i>	<i>1,393567%</i>
<i>MG</i>	<i>Minas Gerais</i>	<i>15,133121%</i>
<i>PA</i>	<i>Pará</i>	<i>6,435876%</i>
<i>PB</i>	<i>Paraíba</i>	<i>0,106529%</i>
<i>PR</i>	<i>Paraná</i>	<i>7,545321%</i>
<i>PE</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>0,472211%</i>
<i>PI</i>	<i>Piauí</i>	<i>0,022543%</i>
<i>RJ</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>17,939149%</i>
<i>RN</i>	<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>0,083532%</i>
<i>RS</i>	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>8,502099%</i>
<i>RO</i>	<i>Rondônia</i>	<i>0,137963%</i>
<i>RR</i>	<i>Roraima</i>	<i>0,006211%</i>
<i>SC</i>	<i>Santa Catarina</i>	<i>5,220287%</i>
<i>SP</i>	<i>São Paulo</i>	<i>20,000000%</i>
<i>SE</i>	<i>Sergipe</i>	<i>0,035937%</i>
<i>TO</i>	<i>Tocantins</i>	<i>0,039526%</i>
<b>TOTAL</b>		<b>100,000000%</b>

## ACÓRDÃO Nº 2602/2011 - TCU – Plenário

1. Processo n.º TC-019.153/2011-2
2. Grupo: I – Classe de assunto: VII – Administrativo - Projeto de Decisão Normativa.
3. Interessados: Estados e Distrito Federal.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que é apresentado ao Plenário proposta de alteração da Decisão Normativa-TCU nº 114/2011, que fixou, para o exercício de 2012, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no montante dos recursos provenientes da parcela de 10% (dez por cento) incidente sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente às exportações, a que alude o inciso II do art. 159 da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o anexo Projeto de Decisão Normativa que altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal na distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa-TCU nº 114, de 27 de julho de 2011;

9.2. enviar cópia deste acórdão e da Decisão Normativa ora aprovada, bem como do relatório e do voto que os fundamentam, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ao Presidente do Banco do Brasil S/A;

9.3. determinar à Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo nos Estados sobre a necessidade de encaminhar tempestivamente para a Secretaria de Macroavaliação Governamental eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados, em face dos prazos fixados no art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 61/89 e em conformidade com o estabelecido no art. 292 do Regimento Interno; e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 40/2011 – Plenário.
11. Data da Sessão: 28/9/2011 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2602-40/11-P.

## 13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)

**AUGUSTO NARDES**

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

**VALMIR CAMPELO**

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

**LUCAS ROCHA FURTADO**

Procurador-Geral